

## O HERMAFRODITA COMO ALEGORIA POLÍTICA NO SÉCULO XVII FRANCÊS

Ana Cláudia ROMANO RIBEIRO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em 1676 Gabriel de Foigny publica, em Genebra, *A Terra Austral conhecida*. Esta utopia literária é habitada por seres perfeitos, física e espiritualmente andróginos, chamados por Foigny de “hermafroditas”. Tópica mitológica e ficcional, esta figura híbrida está presente ao longo da história em textos filosóficos, teológicos, alquímicos, nas *imago mundi* e nos relatos de viagem. No século XVII francês ela é particularmente recorrente nas utopias, de 1605 a 1676. Interessa-me nesta comunicação apontar para uma interpretação do hermafrodita como alegoria, partindo da utopia de Foigny. Para tanto, levo em conta o simbolismo do hermafrodita em geral, o período histórico em que Foigny viveu e tomo como pressuposto o fato de as formas simbólicas serem a expressão de dada realidade política, social e religiosa. Parto da hipótese segundo a qual a recorrência da figura do hermafrodita como motivo no século XVII francês indica a recorrência de uma dada situação política, social e religiosa.

**Palavras-chave:** Utopia literária, Hermafrodita, Alegoria, Século XVII francês.

**RÉSUMÉ:** En 1676 Gabriel de Foigny publie, à Genève, *La Terre Australe connue*. Cette utopie littéraire est habitée par des êtres parfaits, physiquement et spirituellement androgynes, qui Foigny appelle “hermaphrodites”. Topique mythologique et fictionnelle, cette figure hybride est une constante tout au long de l’histoire dans des textes philosophiques, théologiques, alchimiques, dans les *imago mundi* et aussi dans les récits de voyage. Dans le XVII<sup>e</sup> siècle français elle est particulièrement récurrente dans les utopies, de 1605 à 1676. Dans cette communication, je propose une interprétation de l’hermaphrodite comme allégorie, en partant de l’utopie de Foigny. Pour cela, je prends en compte le symbolisme de l’hermaphrodite en général, la période historique pendant laquelle Foigny a vécu, tout en présumant que les formes symboliques sont l’expression d’une certaine réalité politique, sociale et religieuse. Je pars de l’hypothèse selon laquelle la récurrence de la figure de l’hermaphrodite comme motif au XVII<sup>e</sup> siècle français indique la récurrence d’une certaine situation politique, sociale et religieuse.

**Mots-clés:** Utopie littéraire, Hermaphrodite, Allégorie, XVII<sup>e</sup> siècle français.

O trabalho que apresento aqui é parte da minha pesquisa de doutorado, orientada pelo prof. Carlos E. O. Berriel, cujo objeto é a tradução para o português e o estudo da utopia francesa *A Terra Austral conhecida*, de Gabriel de Foigny, publicada em 1676. Nesta utopia é descrita a sociedade que habita a Terra Austral, localizada, como seu nome indica, no único

---

<sup>1</sup> Ana Cláudia Romano Ribeiro faz seu doutorado no Departamento de Teoria Literária do IEL, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do Prof. Carlos E. O. Berriel, com o apoio da CAPES e da FAPESP. Realizou estágio doutoral de um ano na Universidade de Florença (Itália). Seu trabalho consiste na tradução para o português da utopia francesa *A Terra Austral conhecida* (1676), de Gabriel de Foigny, assim como na elaboração de um estudo crítico. Em seu mestrado, realizado na mesma instituição e sob a mesma orientação, traduziu para o português e estudou a obra de inspiração utópica *A Ilha dos Hermafroditas* (1605), atribuída a Artus Thomas. Participou da fundação da revista *MORUS – Utopia e Renascimento*, que co-edita, e do grupo de pesquisa *U-TOPUS - Centro de Estudos sobre Utopia*. É também membro do grupo de pesquisa *Utopia e Renascimento*.

continente que, à época em que esta obra foi escrita, ainda não havia sido explorado pelos europeus, chamado nos mapas da época de *terra australis incognita*, representado por uma enorme massa de terra.

Em uma época em que os relatos de viagem conheciam certa voga editorial, pode-se imaginar a curiosidade que tal obra teria despertado em seus leitores, curiosidade aumentada pelo fato de o autor descrever estas terras como uma espécie de paraíso habitado por seres perfeitos, dotados de completude não apenas espiritual, mas também física, ou seja, seres andróginos, que Foigny chama de “hermafroditas”.

Nicolas Sadeur, o protagonista, é hermafrodita (representado no desenho abaixo, de autoria de P. Morillier, publicado na compilação *Voyages imaginaires*, organizada por Charles G. Garnier, 1788), bem como os habitantes da paradisíaca Terra Austral. Sadeur e os austrais, contudo, diferem. O hermafroditismo de Sadeur é meramente físico, uma deformação que não tem correspondente em sua psiquê e é tida como portadora de mau agouro. O hermafroditismo austral, por sua vez, é complexo: os austrais são dotados não apenas de completude física, mas também espiritual, que dá origem a seres dotados de uma racionalidade perfeita, sendo esta a causa principal da harmonia da sociedade austral. Em outras palavras, a completude individual leva à completude social, traduzida na ausência de qualquer animosidade e numa igualdade radical, que leva à uniformidade de pensamento e de ação e à inexistência de classes sociais e de bens individuais. A auto-suficiência austral resulta na ausência de chefe político ou religioso ou de qualquer tipo de representação política ou religiosa – mais precisamente, na ausência de política e de religião. A Terra Austral constitui-se em um paradigma de uma sociedade racional, anárquica e comunista, que contrasta radicalmente com as sociedades francesa ou suíça da época de Foigny – e, mais ainda, “lugar do discernimento igualitário, a utopia austral anuncia a ameaça que é o racionalismo para uma sociedade de ordens” (Leibacher-Ouvrard, 1984, p. 295). Em sua utopia, Foigny leva as descrições de sociedades recém descobertas pelos europeus, e por eles descritas como paradisíacas, ao paroxismo.



O leitor poderia estranhar o hermafroditismo (de Sadeur e dos austrais), mas não considerá-lo impossível, afinal este fenômeno já havia sido repertoriado em estudos sobre a



natureza, desde Plínio e, nos séculos XVI e XVII, em várias obras de medicina, como as de Ambroise Paré, Jacques Duval (o primeiro a elaborar uma teoria sobre os hermafroditas<sup>2</sup>) e Jean Riolan, protagonistas de uma polêmica, Laurent Joubert, entre outros.

Além disso, o hermafroditismo é uma tópica mitológica e ficcional encontrada em textos filosóficos (Platão), em relatos de viagem imaginária (Luciano, Isidoro de Sevilha, Cyrano), em relatos de viagem reais (Thevet, entre outros) lidos na época, na literatura teológica (conforma atesta o verbete “Adam” do *Dictionnaire historique e critique* de Pierre Bayle) e também alquímica.

Os humanistas franceses do século XVI adotaram esta idéia com entusiasmo, conforme atesta a representação (ao lado) do rei Francisco I como andrógino, em um retrato alegórico. Segundo Wind, “entre os humanistas franceses do século XVI o *andrógino de Platão* tornou-se uma imagem tão aceitável do homem universal, que um pintor podia aplicá-la com propriedade a um retrato alegórico de Francisco I” (1972, p. 213-214).

É preciso também lembrar que a combinação de pólos opostos tinha um uso tradicional na alquimia, onde o andrógino é simbolizado pelo símbolo “rebis”, do latim, *res bina*, “coisa feita de dois”, e se refere à harmonização de contrários elementares, como por exemplo, o enxofre e o mercúrio. Metaforicamente, ele significa a *conjunctio oppositorum*, ou harmonização dos contrários e reintegração dos opostos em uma unidade substancial.

A figura do ser bissexuado (especialmente do hermafrodita) é recorrente na literatura do século XVII. Alguns exemplos, restringindo-nos à França e às utopias são, além da *Terra Austral conhecida*, *A Ilha dos Hermafroditas*, texto de inspiração utópica atribuído a Artus Thomas e publicado em 1605 e *O outro mundo*, de Cyrano de Bergerac, publicado em meados no século XVII, onde há um episódio protagonizado por um andrógino. Fora da França, podemos citar a utopia de Joseph Hall, *Mundus alter et idem*, também de 1605, onde é descrita a província de “Viraginia”.

<sup>2</sup> Seu *Traité des Hermaphrodites* data de 1612.

Expandindo o tema para outros gêneros, temos os panfletos políticos *L'Anti-hermafrodite* (1606) e *L'hermaphrodite de ce temps* (1611).

O balé, um dos principais divertimentos da corte francesa, também tematizou o hermafrodita em “Ballet des Androgynes”, parte do *Ballet de Madame*, em que o próprio Luís XIII, aos quatorze anos, dançou o papel de um Hermafrodita em 19 de março de 1615<sup>3</sup>; andróginos fazem uma entrada no *Ballet de la douairière de Billebahaut* (1626, cf. imagem acima); além disso, o tema da inversão – não necessariamente sexual – também se encontra em *Le ballet du monde renversé*, de 1625. Romances como a *Histoire comique de Francion* (1623), de Charles Sorel, também apresentam episódios com hermafroditas<sup>4</sup>.



Qual o significado do hermafrodita – este personagem ambíguo? (Abaixo vemos *Hermafrodita e Salmacis*, de Mabuse, séc. XVI.)

Minha interpretação do simbolismo do hermafrodita divide-se em dois aspectos:

- *O primeiro aspecto tem grande amplitude*: o que simboliza o hermafrodita em geral, levando-se em conta o período histórico em que Foigny viveu (tendo em mente a crescente complexidade da sociedade francesa, especialmente entre 1515 e 1715) e tomando como pressuposto o fato de as formas simbólicas serem a expressão de dada realidade política, social e religiosa. Parto da hipótese de que a recorrência da figura do hermafrodita como motivo no século XVII francês, e particularmente, como tema literário nas utopias, de 1605 a 1676, indica a recorrência de uma dada situação política, social e religiosa. Mais

<sup>3</sup> Ver análise do “Balé dos Andróginos”, parte do *Ballet de Madame*, em Franko, 2007: “I shall argue that the Hermaphrodite scene – the “Ballet des Androgynes – is a fragment that should claim a central place in the history of absolutism’s political imaginary” (p. 119). O objetivo do balé era celebrar o casamento da irmã de Luís XIII, Elizabeth (que tinha treze anos), com Felipe IV da Espanha (de dez anos), rememorar o assassinato de Henrique IV (ressaltando assim a brevidade do luto), além de marcar a maioridade de Luís XIII. No “Balé dos Andróginos”, o papel do Hermafrodita encontra-se coordenado com versos que tratam da fênix, criatura bissexuada que, conforme observa Kantorowicz, faz parte da iconografia tradicional que ilustra a sucessão real. A parte feminina corresponderia ao corpo natural, mortal, de onde nasce o corpo político. Para Franko, o hermafrodita dançado por Luís XIII é símbolo de estabilidade política; a apresentação de uma ambigüidade, contudo, poderia comprometer “a unidade e a integridade de seu poder” que o balé, paradoxalmente, pretendia reforçar (p. 123). Em outra cena, dez andróginos são uma alegoria do povo francês (dançados por mulheres). Eles se chamam *machlyennes*, palavra derivada, segundo Franko (p. 125), do latim *machlis* ou *achlis*, que designam “animal louco” e também “um povo andrógino norte-africano”. O rei vence seus inimigos, aprisionados pelo amor e pela fidelidade a seu senhor.

<sup>4</sup> Ver o episódio “Le bain de Valentin”, in Sorel, 1924, p. 16 e 18.



precisamente, trata-se de responder à seguinte pergunta: que realidades persistentes o hermafrodita alegoriza?

- *O segundo aspecto está circunscrito à Terra Austral conhecida: qual o significado que se pode extrair da descrição particular do hermafrodita feita por Foigny em sua utopia; ou seja, que especificidade simbólica encontramos na figura do hermafrodita composta por Foigny.*

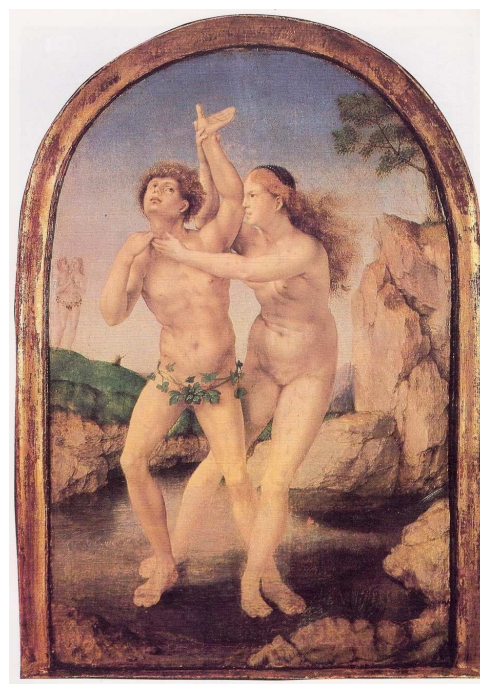
No âmbito desta comunicação me restringirei à apresentação do primeiro aspecto.

Antes de abordar o primeiro aspecto, é preciso esclarecer que um dos usos mais difusos do termo hermafrodita no século XVII francês era o pejorativo, que tem seu sentido explicitado no mito do hermafrodita contado por Ovídio, nas *Metamorfoses*: a ninfa Salmacis se apaixona pelo jovem Hermafrodita, filho de Hermes e de Afrodite, quando ele vem banhar-se nas águas de seu lago; não obtendo reciprocidade, ela pede aos deuses que juntem seu corpo ao dele, numa operação de hibridização sexual. O ser híbrido que resulta desta união, chamado de hermafrodita, é, portanto, o produto da *junção forçada* de dois sexos. Diferente da figura do andrógino, símbolo da harmonia dos opostos em um ser uno, o hermafrodita simboliza a reunião artificial de partes em conflito permanente, representando uma união estéril, indicada pelo efeito desvirilizante das águas onde se deu a hibridização.

### O hermafrodita como alegoria

O simbolismo do hermafrodita como expressão da oposição de forças aplica-se, como lembra Claude-Gilbert Dubois, a uma vasta gama de representações no campo do imaginário. Interessa-nos, no âmbito desta tese de doutorado, afirmar que esta figura pode ser interpretada como simbolismo alegórico de três realidades essenciais do Antigo Regime:

1. A hibridização do poder real absoluto, que se perpetua graças à perpetuação das duas classes fundamentais do Estado absolutista, nobreza e burguesia<sup>5</sup>, cuja existência e cujo antagonismo eram cuidadosamente alimentados pelo rei (conforme me foi sugerido pelo meu orientador);
2. A hibridização do Estado absoluto, que se intensifica no século XVII e se traduz no



<sup>5</sup> Tanto o conceito de classe social quanto o de “nobreza” e “burguesia” são aqui tomados, provisoriamente, no sentido mais amplo e genérico.

multifacetado aburguesamento da monarquia e da nobreza, ou seja, na assimilação da burguesia ao Estado e à classe nobre;

3. A hibridização religiosa de uma França dividida entre católicos, huguenotes e deístas; veremos também algumas circunstâncias em que o termo hermafrodita foi usado como insulto na literatura religiosa polêmica da época.

Nesta comunicação, tratarei dos itens 1 e 2.

### **1. O poder real absoluto**

A figura do hermafrodita seria a representação alegórica do poder real absoluto que, para existir, precisa que coexistam em equilíbrio delicado e inconstante estes dois pesos políticos: uma nobreza “decadente”, já que cada vez mais esvaziada de suas funções, e uma burguesia “ascendente”, que sustenta a existência da monarquia absoluta fornecendo funcionários, serviços e recursos financeiros. Burguesia e nobreza são, com efeito, forças decisivas no processo de consolidação do absolutismo, duas classes que ao longo dos anos vão se antagonizando sempre mais, cujo controle do antagonismo é exercido pelo rei que, por sua vez, depende deste antagonismo para existir. Dito de outro modo, a predominância ou a supressão de uma ou de outra classe representaria uma ameaça ao poder real absoluto ou mesmo à própria existência do rei.

Em outras palavras, a alegoria do hermafrodita diz respeito à hibridização do poder do rei absoluto, que, para existir, precisa que também existam e se mantenham em permanente antagonismo duas forças, nobreza e burguesia. A permanência da metáfora do hermafrodita indicaria a permanência desta situação sócio-política baseada na incompletude do poder das classes essenciais do Antigo Regime, em benefício da completude circunstancial do poder do rei absoluto.

A predominância da burguesia poderia ameaçar o poder absoluto ou mesmo acarretar, em última instância, a supressão da monarquia (o que aconteceria com a Revolução Francesa). Nas grandes cidades, a burguesia comercial normalmente controlava o poder municipal e tinha sempre mais representatividade política. Aliada às massas populares, ela seria uma força política considerável, pois estas, já habituadas a lutarem tanto ao lado de católicos quanto de huguenotes durante décadas de guerra civil, poderiam eventualmente transformar-se em um aliado decisivo contra a monarquia absoluta.

A predominância da nobreza também se configurava como ameaça ao poder absoluto do rei, já que poderia conduzir à fragmentação do poder real ou à monarquia parlamentar (afinal, estava fresca a lembrança da Fronde, ocorrida entre 1648 e 1653, e dos

acontecimentos de 1649, que levaram à decapitação de Carlos I da Inglaterra).

Era necessário, portanto, que o rei mantivesse a representatividade dessas classes em equilíbrio numa balança da qual ele era o fiel, que habilmente dissolvia partidos fortes e alianças potencialmente perigosas. Se observarmos a monarquia de Henrique IV e de Luís XIII, veremos que sua essência estava num governo sem partidos e sem assembléias de representantes. Aliás, a facilidade com que os franceses mudaram de campo durante a Fronde é uma prova dessa ausência de partidos, consequência da estratégia real absolutista bem-sucedida.

O absolutismo atomizou a sociedade francesa em grupos de indivíduos que estavam diretamente ligados à monarquia, da qual esperavam privilégios e mercês. [...] Em princípio, a sociedade estava estruturada em três ordens, mas na prática era uma sociedade composta por um sem número de grupos que rivalizavam entre si para obter os favores e as vantagens – em benefício da coroa, cuja tarefa de manter a paz social se via assim facilitada (Bonney, 1991, p. 108).

É preciso, portanto, levar em consideração os grupos sociais que serviam à monarquia e como eles se relacionavam entre si, tendo em vista que seus movimentos estavam subordinados à vontade do rei – que freqüentemente seguia o ensinamento do mote “dividir para reinar”. Esta tática foi usada por exemplo na Bretanha, na oposição entre o parlamento e os Estados desta mesma província. Registrou-se em documento de 6 de dezembro de 1653 que, devido a estes conflitos, “o rei mantém-se inteiramente senhor” (apud Bonney, 1991, p. 90).

Também encontramos vestígios desta política em um documento ditado por Mazarino em 1661, onde ele diz a Luís XIV que, quanto à magistratura, é “muito importante impedir que aqueles que exercem esta profissão se emancipem” e fazer com que se mantenham “dentro dos limites do seu dever” (apud Bonney, 1991, p. 90). Nenhuma menção explícita é feita à tática do “dividir para reinar”. Alguns historiadores observam, contudo, o quanto esta recomendação ditada ao secretário do gabinete do ministro é moderada em relação aos procedimentos de inspiração maquiavélica dos quais o ministro sempre se serviu, particularmente durante a Fronde.

## **2. A hibridização do Estado absolutista**

A figura do hermafrodita se presta, como vimos, a alegorizar o poder real absoluto, que subsiste, ao longo do Antigo Regime, graças à perpetuação de duas forças antagônicas e complementares – porém inconciliáveis – a nobreza e a burguesia. Mas, como disse Luís

XIV, “*L’État, c’est moi*”, o que nos leva à percepção de que o hibridismo que se encontra no poder real também constitui o Estado absolutista. Ou seja, o Estado absolutista, que por definição garante a manutenção dos interesses da classe dominante (a nobreza), à qual pertence o rei (o primeiro dos nobres e o primeiro dos aristocratas), incorpora gradativamente a seu serviço seu principal antagonista, a burguesia. Esta, por sua vez, assimila-se à nobreza não apenas por prestar serviços à monarquia mas também por comprar títulos nobiliárquicos, tornando-se parte da classe que representa o Estado francês.

É sintoma desta situação política e econômica a constante e concomitante hibridização de cada uma dessas classes, dito de outra forma, o aburguesamento da nobreza e enobrecimento da burguesia, traduzidos numa grande mobilidade social, perceptível desde os inícios do século XVI<sup>6</sup>. É o que observa Bonney:

O absolutismo foi um poderoso fator de mobilidade social entre 1500 e 1660, muitas vezes de maneiras que nem sempre foram desejadas pela coroa, mas que não passaram das conseqüências diretas ou indiretas da política real (1991, p. 105).

A particular imbricação entre burguesia e Estado no seio da monarquia francesa deu a esta um caráter “estatal e progressivo”, conforme observaram vários historiadores. Ela provocou mudanças profundas nos planos econômico, político e social entre 1500 e 1789, particularmente pelo crescente incremento do papel da burguesia no Estado, e pela absorção de alguns dos valores desta classe pela monarquia francesa. Nas palavras de Anderson, houve um “*campo de compatibilidade* potencial” durante o absolutismo “entre a natureza e o programa do estado absolutista e as operações do capital mercantil e manufatureiro” (1985, p. 140). Assim,

...o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem *simultaneamente* assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes. O Estado absolutista centralizou crescentemente o poder político e esforçou-se por criar sistemas jurídicos mais uniformes” [...]; “aboluiu um grande número de barreiras internas ao comércio e patrocinou tarifas externas contra os concorrentes estrangeiros: as campanhas de Richelieu contra os huguenotes na França foram exemplos típicos” [...]; “proporcionou ao capital usurário investimentos lucrativos, ainda que arriscados, nas finanças públicas” [...]; “mobilizou a propriedade rural por meio do confisco das terras eclesiásticas”

---

<sup>6</sup> Esta mobilidade social foi descrita já em 1515 por Claude de Seyssel, em *La monarchie de France*, que resumia a estrutura da sociedade francesa em nobreza, estado médio (correspondendo aos ricos) e terceiro estado.



(na Inglaterra) [...]; “propiciou rendimentos em sinecuras à burocracia: a *paulette*, na França, estabeleceu a posse estável delas”; “patrocinou empreendimentos coloniais e companhias de comércio. [...] Em outras palavras, cumpriu certas funções parciais na *acumulação primitiva* necessária ao triunfo ulterior do próprio modo capitalista de produção. As razões que lhe permitiram desempenhar este papel ‘dual’ residem na natureza específica do capital mercantil ou manufatureiro: já que nenhum deles assentava na produção de massa característica da indústria mecanizada propriamente dita, não exigiam, por si, uma ruptura com a ordem agrária feudal que ainda englobava a ampla maioria da população [...] Em outros termos, podiam desenvolver-se dentro dos limites estabelecidos no quadro do feudalismo reorganizado. [...] Era um Estado fundamentado na supremacia social da aristocracia e confinado aos imperativos da propriedade fundiária. A nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam ainda à sua mercê” (Anderson, 1985, p. 39-41).

O aburguesamento do Estado monárquico encontra sua expressão no colbertismo (ou mercantilismo), que estimula o comércio e a indústria por meio de uma série de medidas que visam à produção e exportação de produtos de luxo e à acumulação de dinheiro e de metais preciosos: criação de monopólios estatais, subvenções reais para manufaturas (tecidos, vidro, tapeçaria, ferragens), criação de companhias comerciais (e estabelecimento de política colonial), incremento da marinha mercantil, construção de estradas e canais, protecionismo fiscal e fixação dos preços de produtos agrícolas. O colbertismo deu subsídios para a criação das condições econômicas necessárias ao desenvolvimento do absolutismo, instaurando um rígido controle do Estado sobre a economia nacional. Mais particularmente, assegurando ao Estado a posse do rendimento de impostos diretos e indiretos, com os quais ele mantinha o exército, a administração e, o que nos interessa aqui, o peso morto da corte. Os rendimentos da burguesia manufatureira eram, assim, estrategicamente administrados, impedindo que a burguesia aplicasse sua riqueza na produção, de modo a prevenir qualquer mudança no capitalismo mercantil e, conseqüentemente, qualquer passo em direção à emancipação desta classe, mantendo-a dependente do Estado. Afinal, nas mãos da burguesia manufatureira, estes rendimentos poderiam tornar-se um instrumento alavancador da produção que, sem o controle estatal, levaria à emergência de um novo modo de produção e de uma nova classe dominante que, por sua vez, poria em risco a existência na nobreza, do rei e da monarquia absoluta.

Acontecia com freqüência que membros da alta burguesia se assimilassem à nobreza comprando do Estado ofícios e títulos nobiliárquicos, aumentando assim o número de “nobres de toga” nas fileiras de funcionários do Estado, sempre mais profissionalizados. A venda de

cargos estatais, praticada havia mais de um século<sup>7</sup>, foi regulamentada e estabilizada por Paulet em 1604 – foi essa a mais importante inovação institucional (chamada de *paulette*) do reinado de Henrique IV<sup>8</sup>. Os cargos tornavam-se hereditários mediante o pagamento de uma porcentagem anual sobre seu valor de compra. Esta medida destinava-se a aumentar a receita da monarquia e a impedir o acesso da alta nobreza à burocracia – um dos aspectos do conflito entre a toga e a espada. A venda de cargos públicos provocou, portanto, uma reorganização dos vínculos entre nobreza e aparelho do Estado.

Sob Sully a venda de cargos representava 8% das receitas reais; a partir da maioria de Luís XIII, com o recrudescimento das facções nobres opostas ao governo, essa porcentagem aumentou consideravelmente: a venda de cargos representava 38% dos rendimentos reais em 1620-1624<sup>9</sup>. A multiplicação destes cargos venais multiplicava também a classe da nobreza togada, impedindo o controle das instâncias da administração do Estado por parte da nobreza e dispersando o poder burocrático. Além disso, os direitos de cobrança desses cargos passaram a ser leiloados entre grandes financistas, que ficavam com até dois terços dos valores arrecadados e repassados para o Estado. Para os monarcas, a mediação do mercado era mais segura que a dos grandes nobres: os consórcios financeiros parisienses, que fizeram empréstimos ao Estado, arremataram impostos e compraram cargos no século XVII, eram muito menos perigosos para o absolutismo francês que as dinastias provinciais do século XVI, que não somente possuíam sob laços de obrigação setores da administração real, como também podiam alinhar as suas próprias tropas armadas.

Além do benefício financeiro, a venda de cargos tinha um considerável papel político. Mais do que uma transação comercial (com direitos hereditários), a venda de cargos também criava laços de dependência política (ou laços de clientela), bloqueando assim a formação de sistemas de clientela da grande nobreza no interior do Estado<sup>10</sup>. Em seu *Testamento político* Richelieu sublinhou este aspecto “esterilizador” da *paulette*, que colocava o sistema administrativo do estado fora do alcance de linhagens aristocráticas, como a dos Guise. “Evidentemente”, conclui Anderson (1985, p. 51), “um parasitismo apenas foi substituído por outro: no lugar do apadrinhamento, a venalidade.”

Os laços de clientela tinham um papel fundamental em certas regiões, onde certas

---

<sup>7</sup> Já em 1580 a coroa auferia rendimentos dos cargos, porém de modo irregular (os chamados *rendimentos eventuais*).

<sup>8</sup> Este sistema teve breves momentos de exceção em 1617 e em 1648.

<sup>9</sup> “A França tornou-se a pátria clássica da venda de cargos à medida que um número sempre crescente de sinecuras e prebendas era criado pela monarquia, com propósitos financeiros” (Anderson, 1985, p. 94).

<sup>10</sup> Henrique IV soube tirar grande vantagem desses laços de dependência.

famílias da alta nobreza<sup>11</sup> tinham mais influência do que o rei, costumavam intermediar o acesso aos cargos (empregos da nobreza, cargos de oficiais, de *maire*, de fiscal, capitão, tenente, porta-bandeira, etc.) e podiam liderar revoltas da alta nobreza contra o poder real, como de fato ocorreu várias vezes. O apoio dos oficiais garantia-lhes também posição favorável das decisões dos supremos tribunais. Após a Fronda, este apoio foi denunciado em uma “declaração para o fortalecimento da tranqüilidade pública” de 22 de outubro de 1652, que culpava os oficiais por terem se interessado pelos negócios dos grandes do reino em troca de benefícios. Esta declaração também proibia aos oficiais o recebimento de quaisquer favores dos nobres e qualquer envolvimento com os negócios destes.

Este não era o único meio que a coroa usava para reforçar o antagonismo das classes que a sustentavam. A coroa encontrou um meio de submeter as redes de clientela recrutando notáveis de cada região, geralmente de nobreza recente ou pertencente à pequena nobreza, que tivessem obtido a patronagem real por meio da colaboração com o governo. Este sistema foi chamado pelos historiadores recentes de “corretagem” (*brokerage*) Estes notáveis (chamados de “corretores do poder”, ou *power-brokers*), por sua vez, estabeleciam novos laços de patronagem com as figuras influentes locais, reforçando assim a autoridade real e a unidade do Estado francês.

Estes notáveis “corretores de poder” eram agentes mais eficientes do que os intendentes das províncias, de instituição recente. A criação do cargo de intendente<sup>12</sup>, por volta de 1630, deve-se a Richelieu<sup>13</sup> e foi motivada pelas dificuldades financeiras surgidas com a guerra. Tratava-se de um instrumento racional de unificação do estado absolutista que cobria todas as regiões da França, inclusive as mais afastadas do reino. Estes comissários do rei, recrutados entre os membros da pequena e média nobreza<sup>14</sup>, eram nomeados pela coroa por três anos renováveis, com a condição de não serem naturais da província onde exerceriam suas funções, e de não permanecerem por muitos anos em uma mesma província. Tinham amplos poderes e seus cargos não eram venais. Eles participavam das decisões dos governadores, davam seu parecer e informavam diretamente ao seu superior (um ministro) sobre as decisões do governador<sup>15</sup>. Mantinham estreitas relações com banqueiros e coletores

---

<sup>11</sup> Por exemplo, os Montmorency em Languedoc ou os Condé na região de Bourgogne.

<sup>12</sup> Os intendentes se dividiam em *Intendants de Justice*, de *Police* e de *Finances*.

<sup>13</sup> O cardeal Richelieu governa *de facto* a França a partir de 1624. Ele e seus sucessores “deram início à construção de uma máquina administrativa racionalizada capaz, pela primeira vez, de efetivar o controle e a intervenção diretos da monarquia em toda a França” (Anderson, 1985, p. 94-95).

<sup>14</sup> Alguns autores dizem que eles pertenciam à nobreza de toga.

<sup>15</sup> Richelieu interrompeu o caráter praticamente hereditário dos governadores das províncias; no final de seu governo, permaneceram apenas um quarto dos que “herdaram” o cargo.

de impostos, contra os quais os parlamentos assiduamente protestavam, frequentemente entrando em atrito com estes parlamentos e com os governadores (membros da alta nobreza). Com estas medidas, a coroa visava ter funcionários que não colocassem os interesses do patronato local (governadores e oficiais que constituíam a hierarquia tradicional das províncias) acima dos interesses do governo central.

Poderíamos nos perguntar se a monarquia teria se servido da nobreza de toga para controlar a nobreza de espada. Os diferentes casos relatados pelos historiadores, no entanto, não permitem fazer nenhuma afirmação generalizadora a este respeito, já que as relações entre governadores e intendentess podiam configurar-se de muitos modos, indo da inequívoca cooperação à clara desconfiança ou ao conflito aberto.

Mas voltemos à questão da assimilação da burguesia à nobreza. Uma vez enobrecida, a burguesia melhorava sua situação financeira, pois ficava isenta dos impostos, além de beneficiar seus descendentes, que podiam dedicar-se a carreiras vetadas aos não-nobres, como a militar. Em 1640 Pierre Gamin, um dos presidentes do Parlamento de Paris, revela o quanto os magistrados haviam conquistado espaço na monarquia declarando que estes, “pela natureza de seus cargos e funções, se tornaram conhecedores das questões do Estado”<sup>16</sup>.

Segundo Couton, “a sociedade francesa secretava naturalmente burgueses fidalgos” (1971, p. 700). Esta hibridização de uma classe social encontra vasta representação na literatura. O exemplo mais emblemático talvez seja *O burguês fidalgo* (*Le Bourgeois Gentilhomme*, 1670), de Molière, que traz um personagem, filho de tecelões, ávido por um título de nobreza: M. Jourdain. Mais de um crítico apontou para as semelhanças biográficas entre este personagem e Colbert, também ele filho de tecelões. Porém, é certo que os traços de M. Jourdain podem encontra-se em tantos personagens de sua época e que, mais do que representar um homem particular, ele tem o valor de um tipo.

Paralelamente a esta miscigenação de classes e relativa mobilidade social que existiu nos séculos XVI e XVII até 1660<sup>17</sup>, houve um recrudescimento da legislação para garantir a

---

<sup>16</sup> O enobrecimento também podia significar o reconhecimento de um talento. Foi o que se deu com Corneille (que escreve um soneto endereçado a Luís XIV solicitando a obtenção da confirmação de seu enobrecimento), entre outros.

<sup>17</sup> A partir de 1715 a alta aristocracia retomará a posse de altos cargos governamentais e ocorrerá uma regressão da influência dos não-nobres no aparelho do Estado. Os intendentess se transformarão numa categoria praticamente hereditária. No exército, os altos comandos militares serão ocupados por nobres; a compra de companhias por *roturiers* será proibida em 1760, quando será necessário provar origem nobre para qualificar-se ao grau de oficial. Isenta do grosso dos impostos, com o monopólio dos altos escalões da burocracia, do judiciário, do clero e do exército, haverá um abismo hierárquico intransponível entre os altos pares e os *hobereaux* rurais. No entanto, o poder real absolutista será sempre superior ao da nobreza, que continuará se

validade e discernir as especificidades dos títulos. Colbert redefiniu os critérios de nobreza, lançando a exigência de declarações comprovativas capazes de provar legalmente a veracidade do estado de nobreza. Estas declarações eram feitas por um intendente a partir de uma investigação de documentos escritos. Dessa forma, a própria coroa, pela primeira vez, racionalizava e limitava o acesso aos títulos de nobreza.

Outro aspecto do aburguesamento da monarquia é o significativo aumento do número de burgueses que passam a ocupar cargos antes reservados aos nobres. O declínio do número de nobres nos cargos governamentais se deve a muitos e intrincados fatores (sobre os quais não discorreremos aqui), indicadores da crescente complexidade técnica do governo. Contribuíram para tal situação as manifestações de descontentamento da nobreza (como a conspiração de Biron, em 1602), e a presença de burgueses que, “quando emergiam por suas qualidades pessoais, eram freqüentemente os preferidos, porque sabiam tudo dever ao soberano e porque identificavam-se mais com os interesses de seu senhor no cargo ao qual eram chamados” (Tenenti, 1980, p. 165). Esta situação é ilustrada na justificativa dada pela coroa em 1617, na ocasião de uma Assembléia de Notáveis, para excluir nobres dos cargos governamentais: esta classe tinha dificuldades em manter em sigilo questões do Estado e, quando chamada a opinar, exprimia uma tal multiplicidade de pareceres que tornava difícil a tomada de qualquer decisão (cf. Bonney, 1991, p. 92).

Apesar de a Assembléia dos Notáveis ter declarado em 1626-1627 que seria digno da justiça do rei que a aristocracia tomasse parte nas “honras, dignidades e empregos”, foram poucos os nobres a obterem cargos durante a maioridade de Luís XIII. O título nobiliárquico era, inclusive, considerado um obstáculo para a gestão das finanças.

A regente Ana d'Áustria, no entanto, trouxe de volta a nobreza a alguns cargos. No testamento de Luís XIII, Gastão d'Orléans e Condé foram nomeados membros do Conselho de Regência, juntamente com Mazarin e mais três oficiais de justiça. De 1648 a 1653 a aristocracia se manteve com uma representação forte, interrompida, porém, com a derrota da Fronde.

A composição do Conselho real ilustra significativamente o fim da exclusividade da nobreza nos altos cargos. Este órgão sobre o qual, segundo o costume, deviam apoiar-se as decisões do rei, compunha-se originalmente dos grandes vassalos e de membros do alto clero que deviam “ajuda” e “conselho” ao seu suserano. Em 1588, um ano antes da morte de



Henrique III, os Estados Gerais<sup>18</sup> haviam pedido que houvesse uma maioria de nobres no conselho. Em 1594, quando a superintendência das finanças fora substituída por uma comissão de finanças, o número de nobres era o mesmo que o de oficiais, e o chanceler era o responsável pela manutenção do equilíbrio entre os dois grupos. Esta era uma medida de tempos de guerra. Em 1598 o barão de Rosny (que se tornaria mais tarde duque de Sully) era o único membro da nobreza militar no conselho<sup>19</sup>. Apesar de ele ocupar uma posição importante (depois do chanceler, ele era o membro mais importante), sua classe era pouco representada numericamente. Em tempos de paz, porém, Sully não conseguiu convencer o rei a manter os nobres militares no conselho, e em 1611, um ano após o assassinato de Henrique IV, nenhum nobre ficou neste cargo até a regência de Filipe d'Orléans<sup>20</sup>.

Durante o reinado de Luís XIV, apenas dois membros da velha nobreza foram mantidos em seu Conselho<sup>21</sup>. Um dos modos encontrados pelos membros da aristocracia para enfrentar esta situação de pouca representatividade, em finais do século XVII, foi frequentar cursos de onde saíam prontos para exercer funções como as de escrivão, conselheiro de Estado e ministro. A antiga distinção entre nobreza militar e nobreza de magistratura tendia assim a se nuançar.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BONNEY, Richard. **O absolutismo**. Trad. Maria do A. Figueiredo. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

---

<sup>18</sup> A principal função dos Estados Gerais, “fonte fiscal do Estado medieval”, era a de aprovar impostos. Mas eles também “preenchiam outra função crítica na organização política feudal. Eles eram expressões coletivas de um dos princípios mais profundos de hierarquia feudal no seio da nobreza, o dever do vassalo prestar não apenas *auxilium*, mas também *consilium* ao seu suserano: em outros termos, o direito de fornecer-lhe seu conselho solene em assuntos de gravidade concernentes a ambas as partes”. Os Estados “reduplicavam um equilíbrio primitivo entre o suserano feudal e seus vassalos num quadro de referência mais completo e efetivo” (Anderson, 1985, p. 45-46).

<sup>19</sup> Chefe supremo da artilharia e superintendente das finanças.

<sup>20</sup> De 1715 a 1723.

<sup>21</sup> O marechal De Villeroy e o duque de Beauville. Luís XIV dividirá o Conselho em quatro, especializando-os: o *Conseil d'en haut* ou *Conseil secret des affaires* é composto de ministros nomeados vitaliciamente que discutem principalmente questões sobre as relações entre a França e outros países; o *Conseil des dépêches* se dedicava às relações interiores; o *Conseil des finances* administrava a economia e o *Conseil d'État privé* ou *Conseil des parties* cuidava do resto, particularmente das questões judiciárias. O trabalho destes Conselhos era preparado pelo trabalho de cerca de 1000 a 2000 funcionários, os *commis*, que, sob Luís XIV, redigiam cerca de 4000 *arrêts* (decisão de uma instância superior) por ano. No topo da pirâmide que o Conselho representava estava o Chanceler, em seguida vinha o *Controleur général des finances* (cargo criado por Colbert) e logo depois os quatro secretários de Estado responsáveis pelas relações exteriores, pela Guerra, pela Marinha e pela Casa do Rei.

COUTON, Georges (apresentação de *Le Bourgeois gentilhomme*). In: MOLIÈRE. **Oeuvre complète**, 2 vol. Textes établis, présentés et annotés par Georges Couton. Paris: Gallimard, 1971.

FRANKO, Mark. Frafment of the sovereign as Hermaphrodite: time, history and the exception in *Le Ballet de Madame*. **Dance research**, vol. 25, n. 2, Winter 2007, p. 119-133.

LEIBACHER-OUVRARD, L. L'un et le double. Hermaphrodisme et idéologie dans *La Terre Australe connue* de G. de Foigny. **French Forum**, IX, 1984.

TENENTI, Alberto. **La formazione del mondo moderno XIV-XVII secolo**. Bologna: Il Mulino, 1980.

WIND, Edgar. **Los misterios paganos del Renacimiento**. Barcelona: Barral, 1972.